



# Crise da Água em São Paulo Balanço e Propostas contribuição para o debate

Câmara  
dos  
Deputados  
14 de  
Julho de  
2015  
Comissão  
Especial  
da Crise  
Hídrica

# O porque do colapso dos sistemas

A Pergunta é:  
Precisávamos  
estar passando  
por essa crise?

A Resposta é:  
não. Se

- Tivesse ocorrido observância das determinações estabelecidas na portaria de renovação da outorga do Cantareira
- Se a operação dos mananciais não ocorressem no limite da capacidade
- Se as obras previstas no Plano Diretor de Abastecimento de Água de 2009 tivessem sido executadas

- Se as perdas fossem menores
- Se os índices de tratamento de esgoto fossem maiores
- Se a Sabesp não tivesse feito a opção de tratar do saneamento como negocio

# CRISE DA ÁGUA EM SÃO PAULO

## O QUE DEVERIA TER SIDO FEITO

**Compromissos estipulados na PORTARIA DAEE nº 1.213/2004 para a outorgada SABESP: Planos e projetos**

**ARTIGO 11 - A SABESP deverá elaborar, no prazo de 12 (doze) meses a partir da publicação desta Portaria, em articulação com o DAEE, a ANA e os Comitês PCJ e AT, um Plano de Contingência para ações durante situações de emergência.**

# CRISE DA ÁGUA EM SÃO PAULO

## O QUE DEVERIA TER SIDO FEITO

**ARTIGO 16** - A SABESP deverá providenciar, no prazo de até 30 (trinta) meses, estudos e projetos que viabilizem a redução de sua dependência do Sistema Cantareira, considerando os Planos de Bacia dos Comitês PCJ e AT.

# CRISE DA ÁGUA EM SÃO PAULO

## O QUE DEVERIA TER SIDO FEITO

ARTIGO 17 – A SABESP deverá manter programas permanentes de controle de perdas, uso racional da água, combate ao desperdício e incentivo ao reuso de água, apresentando, anualmente, relatórios ao DAEE e à ANA que disponibilizarão os dados ao Comitê das Bacias Hidrográficas do Alto Tietê e dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

# CRISE DE GESTÃO – AUSENCIA DE PLANEJAMENTO

- Plano da Macrometrópole: iniciado em 2008 para conclusão até outubro/2009, somente foi concluído em janeiro/2014
- Ampliação da reservação na Bacia PCJ: não foi priorizada até o surgimento da crise hídrica em janeiro/2014
- Sistema Produtor São Lourenço: projeto arrastou-se por 4 anos na Sabesp, acrescido de 2 anos para modelagem de PPP
- Sistema Integrado Metropolitano: operação sob risco frequente em função de escassez de chuvas

# Esgotamento Sanitário

LOCAL	Índice de coleta de esgoto (%)	Índice de tratamento de esgotos coletados (%)	Índice de esgoto tratado referente aos esgotos gerados (%)
Municípios não operados pela Sabesp na Bacia do Alto Tietê	82,1	35,6	29,3
Municípios operados pela Sabesp na Bacia do Alto Tietê	68,5	63,4	43,4
Média Bacia do Alto Tietê	70,6	58,3	41,2
Média Sabesp	68,9	74,8	50,9
Média do Estado de São Paulo	75,4	70,9	53,3
Média da Região Sudeste	66,0	64,3	43,9
Média do Brasil	54,2	69,4	39,0

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS - 2013

# Perdas

LOCAL	Perdas na Distribuição (%)	Perda por ligação (L/DIA)/LIGAÇÃO
Municípios não operados pela Sabesp SAM	36,8	376
Municípios operados pela Sabesp SAM	37,6	431
Média SAM	37,5	422
Média Sabesp	32,8	368
Média do Estado de São Paulo	34,3	369
Média da Região Sudeste	33,4	370
Média do Brasil	37,0	367

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS - 2013

# Durante a crise

- Demora na extensão do bônus para toda a RMSP
- Falta de transparência
- Restrição dos espaços de participação: CRH, CBHAT, CDRMSP, ARSESP
- Comitê anticrise e antidemocrático

Diário Oficial de 4/2/15 - Decreto 61.111

## QUADRO ATUAL E PERSPECTIVAS

- O racionamento que afeta a população da Região Metropolitana de São Paulo se dá através da chamada “redução da pressão na rede” de dez metros de coluna d’água, o que é determinado por norma técnica, para um metro de coluna d’água em 60% da área de cobertura da rede de distribuição. Nos outros 40%, devido a inexistência de válvulas redutoras de pressão, não há redução e sim o fechamento manual dos registros, direto nos reservatórios ou nas redes de maior porte. Na maioria das localidades ocorre a partir da tarde e volta na manhã seguinte. Essas medidas, somadas à concessão de bônus e a imposição de multa, resultaram em redução do consumo e diminuição das perdas.

# NOVO QUADRO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RMSP

■ Um novo parâmetro de consumo na RMSP se desenha a partir dessa crise. **A produção de água na região baixou de uma média de 70m<sup>3</sup>/s para 51,71m<sup>3</sup>/s, diminuição de 26%.** No sistema Cantareira, que é o maior, a produção **baixou de 33m<sup>3</sup>/s para 13,70m<sup>3</sup>/s, ou 61,52%, demonstrando que a condicionante de redução da dependência do Cantareira, para a renovação da outorga em 2004, era possível.**

# NOVO QUADRO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RMSP

- O consumo per capita na RMSP, que era de 163 litros por habitante por dia em janeiro de 2014, passou a 126 L/hab/dia no final de dezembro do mesmo ano. Isso mostra que há espaço para redução do consumo.
- Faz-se necessário realizar um estudo que aponte qual seria a real demanda de produção de água para atender a população garantindo o abastecimento de forma adequada para satisfazer suas necessidades. Isso porque a redução de produção e consumo, que observamos hoje, não reflete a realidade em razão do racionamento forçado. É a oportunidade que temos de tratar a gestão da água considerando não apenas a demanda mas também a oferta.

# CONCLUSÃO

- A crise que ora enfrentamos significa a decretação da falência de um modelo de gestão do saneamento que há muito tempo trata os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos como um negócio e, por isso mesmo, nunca se interessou em realizar campanhas permanentes de redução de consumo. Afinal, vender água se tornou um dos objetivos fim da Sabesp. Quanto mais água vende, mais receita e lucro obtêm e mais dividendos distribui aos seus acionistas. Esse modelo de negócio prioriza as grandes obras e não se preocupa em atuar na **compatibilização da demanda em relação à oferta**.

# CONCLUSÃO

- A falta de priorização do tratamento de esgotos que polui os corpos d'água que cortam as cidades da RMSP é, sem dúvida, um dos problemas a serem enfrentados para termos água em condições de tratamento para consumo humano.
- Construir uma empresa democrática, transparente com controle social e que trate a questão da água e do saneamento como um serviço público essencial deve ser um dos principais desafios colocados para o próximo período.

# PROPOSTAS

- Instituir um Plano de Emergência elaborado de forma democrática com a participação de entidades técnicas, de trabalhadores, do movimento popular, empresarias e prefeituras
- Fortalecer a articulação entre as vigilâncias sanitárias municipais e estadual com vistas a garantir a qualidade da água
- Criar um programa estadual de cisternas que prioriza a instalação desses equipamentos em próprios públicos
- Garantia de fornecimento de caixas d'agua à população vulnerável
- Construção de reservatórios coletivos de água em comunidades com grande concentração de famílias
- Decretar de utilidade pública os poços artesianos outorgados de forma priorizar o abastecimento humano
- Intensificar a fiscalização das empresas que comercializam água através de caminhões pipa



**FIM**

Edson Aparecido da Silva – edsonsaneamento@gmail.com  
Federação Nacional dos Urbanitários -FNU